



IGHMB

Artigos Inéditos

VAlte Sérgio TASSO

**Reflexões de um Patriota
(Textos Diversos)**

REFLEXÕES DE UM PATRIOTA

Vice-Almirante Sérgio TASSO Vásquez de Aquino

- 1- BRASIL, A INSPIRAÇÃO PERMANENTE DA MINHA ALMA, DA MINHA MENTE E DO MEU CORAÇÃO**
Páginas 2 a 4

- 2- REFLEXÕES DECORRENTES DA GREVE DOS CAMINHONEIROS**
Páginas 5 a 6

- 3- OS DESVIOS E DISTORÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO, A PREPONDERÂNCIA DO STF E A INFLUÊNCIA DECISIVA DAS MOTIVAÇÕES PESSOAIS DOS SEUS MINISTROS**
Páginas 7 a 9

- 4- SEGUNDA TURMA DO STF E MINISTROS AFINS DITAM OS RUMOS DO BRASIL, SEM CONTESTAÇÃO**
Páginas 10 a 11

BRASIL, A INSPIRAÇÃO PERMANENTE DA MINHA ALMA, DA MINHA MENTE E DO MEU CORAÇÃO!

Valte(Ref) Sergio TASSO Vásquez de Aquino

“Contato, Companheiros! Nós somos da Pátria a Guarda! Quanta alegria nos traz a volta à Nossa Pátria do Coração!” (Dos hinos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha do Brasil).

Nós, militares, quando ingressamos nas Forças Armadas, abrimos mão, voluntariamente, da possibilidade de sermos ricos, de usufruir de todas as benesses e vantagens que caracterizam o conceito corrente de “vencer na vida” materialmente, graças à adequada aplicação dos talentos recebidos de Deus, sempre em proveito próprio e dos familiares, como ocorre normalmente no ambiente civil.

Optamos pela existência modesta, plena de renúncias, sacrifícios, deveres superlativos, da sujeição permanente aos princípios da hierarquia e da disciplina, do cumprimento da Missão, pela honra e pela graça de servir à Pátria, de defendê-la e de garantir-lhe grandeza e felicidade, de sermos fiadores da Independência, da Soberania, da Integridade do Patrimônio Nacional, da Integração Nacional, do Progresso, da Paz Social e da Democracia. Para tanto, todos, sem exceção, empenhamos o sacrifício da própria vida, se e quando necessário, no solene juramento feito diante da Bandeira Nacional.

Essa Pátria que tudo nos inspira é aquela justa e equânime para todos os filhos, erigida sobre os pilares da Justiça, da Paz, do Direito, da Virtude, da oportunidade a todos para ascender na vida à custa do esforço, do mérito, do trabalho e do empenho de cada um. Do reto governo e da atuação responsável, do desempenho honrado, altruísta e exemplar daqueles ocupantes de todos os cargos oficiais, desde os de mais alta hierarquia no Estado, no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, nos três níveis administrativos, federal estadual e municipal, apenas interessados em servir e em elevar o povo e aperfeiçoar as instituições, na busca permanente pela construção do Bem Comum.

Esse dever-ser, essencial para o desenvolvimento e a segurança de qualquer sociedade civilizada que pratique a autêntica democracia, tem estado cada vez mais apartado da nossa realidade, em crescente e acentuada queda desde 1985, ao ponto de chegarmos ao estágio de inaceitável deterioração nos costumes e atos político-administrativos. A minoria que detém o poder crê-se dona de toda a riqueza nacional, produto do esforço e do trabalho dos concidadãos, e a tem usurpado e desviado para inaceitáveis fins ideológicos e/ou de enriquecimento ilícito, ou para vantagens e regalias pessoais e corporativas injustas e indevidas.

Mantém, para seu exclusivo benefício, um sistema injusto, que ignora a miséria do povo humilde e explora o segmento trabalhador e produtivo, a imensa maioria da Nação, que paga altíssimos impostos, sem que ocorra o retorno correspondente e necessário em serviços e obras essenciais de educação, saúde e saneamento, segurança pública, infraestrutura de transportes, comunicações e energia, geração de empregos, ciência e tecnologia, habitação decente... Muito recentemente, a partir de junho de 2013, essa maioria silenciosa vem despertando da letargia em que vivia mergulhada, embaida pelas mentiras das declarações e caríssimas propagandas oficiais. Percebeu, finalmente, que é preciso uma faxina em regra no arremedo de democracia e de república que sobre nós vem imperando, com a cessação da corrupção sem limites e dos privilégios descabidos usufruídos por políticos, governantes, legisladores e magistrados, em grandes números apartados dos mais mezinhos deveres que deveriam cumprir, em benefício do Brasil, do povo e das instituições.

A manifestação da grande e generalizada insatisfação vai num crescendo. O atual movimento dos caminhoneiros faz parte do contexto e deve ser analisado com muita atenção. Observo que nenhuma vestimenta ou bandeira vermelha apareceu em tempo algum; ao contrário, visível em muitas concentrações estava o símbolo da Pátria.

Creio firmemente que medidas saneadoras e correções drásticas de rumos na maneira de os Três Poderes e os três níveis administrativos agirem precisam ser implementadas sem tardança, visando Virtude, Temperança, Modéstia, Eficácia, Eficiência, Competência... Enfim, combate sem quartel a qualquer forma e nível de corrupção e afastamento e punição rigorosa e imediata para todos os corruptos, fim das despesas supérfluas, exageradas e desnecessárias em mordomias e vantagens absurdas associadas, hoje correntes no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, e em obras de fachada, “políticas”, e inacabadas... Montanhas de dinheiro público assim dilapidado, há tantos anos e como pervertida rotina, poderiam muito bem ter sido aplicadas para sanar as graves carências que tanto e tão dolorosamente assolam nossa população e para baratear o elevadíssimo “custo Brasil”, que entrava nosso desenvolvimento e nos tem impedido de ser a potência que temos tudo para ser! Com boa, competente, honesta, responsável e judiciousa gestão, impostos certamente podem ser reduzidos e todos os preços de bens, produtos e serviços abaixados!

A república precisa ser refundada em termos democráticos e republicanos. O mal e os maus, sem exceção, não importa quão altos cargos ocupem, têm de ser expelidos e punidos com todo o rigor da lei, e o caminho do poder tem de se ser franqueado apenas às pessoas de bem, patriotas, honestas, comprometidas com a construção do Bem Comum. Enfim, o bom senso, acima de tudo, exorta que sejam ouvidos os justos clamores do povo, que se fazem ensurdecedores contra a iniquidade que se abateu, há 33 anos, e tanto se foi agravando, sobre a Terra de Santa Cruz.

As eleições do corrente ano devem ser bem organizadas e acompanhadas/fiscalizadas, para evitar fraudes e pressões econômicas e ideológicas perversas que desvirtuem a finalidade redentora que dela se espera, pela ampla e virtuosa renovação dos quadros governantes e legislativos, embora difícil de ocorrer na plenitude dentro do viciado sistema político-partidário-eleitoral vigente e que precisa, também, ser logo completamente reformulado.

Os militares do Brasil, formados na mesma Escola e nos mesmos valores em que fui formado, fiéis a uma nobre tradição que remonta às lutas pela Independência e perpassa por todas as guerras, combates e refregas em que asseguraram a independência, a soberania, a ordem democrática, a unidade e a grandeza da Pátria, velam pela Terra, pelo Povo e pelas Instituições. Tudo acompanham e tudo observam. Como sempre ocorreu em nossa História, preparados e prontos para agir em defesa da lei, da ordem, da soberania e da democracia. Fariam bem em levar isso em devida conta os vendilhões, corruptos e/ou traidores, que se julgam muito seguros na vida torta que levam!

Fiéis à sua Missão, não são, as gloriosas Forças Armadas, guarda pretoriana de governantes e governos que passam; são parte integrante do Estado, em cujo nome exercem o múnus exclusivo do uso legítimo da força, mas seu compromisso mais elevado, nobre e digno, é o de servir à Nação Brasileira!

Todos os militares, como eu, são completamente apaixonados pelo Brasil e, ao seu serviço e à sua permanência pelos tempos afora, livre, altaneiro, pujante, rico e feliz, dedicam suas vidas. De corpo, alma, mente e coração!

Rio de Janeiro, RJ, 29 de maio de 2017.

REFLEXÕES DECORRENTES DA GREVE DOS CAMINHONEIROS

VALte(Ref) Sergio TASSO Vásquez de Aquino

A greve geral dos caminhoneiros do Brasil causou perdas, atrasos e faltas imensos ao abastecimento de itens essenciais de toda natureza, como combustíveis, alimentos, insumos necessários à indústria, aos serviços, ao comércio, às atividades médicas e hospitalares, levando o País à quase paralisação e provocando angústias e sofrimentos à população e gravíssimos prejuízos econômico-financeiros em todos os setores de atividades e em todas as regiões do nosso imenso território. Revelou muitas coisas importantes, porém. Ficou demonstrado o quanto somos reféns do transporte rodoviário, extremamente oneroso, e o quanto descuramos das outras formas, mais econômicas, eficazes e eficientes, de circulação de bens, pessoas e produtos, a grandes distâncias e em grandes quantidades. É urgente, pois, que, não importa qual o custo inicial dos investimentos necessários, voltemos a construir ferrovias, aparelhar portos, devolver expressão e substância à construção naval e de trens e a importância devida à navegação marítima, fluvial e lacustre.

O modelo quase que inteiramente rodoviário é uma excentricidade brasileira e um dos maiores motivos do elevado “custo Brasil”, que retira competitividade dos nossos produtos no comércio internacional e onera de forma desumana a vida dos concidadãos, obrigados a pagar muito mais caro pelo transporte de tudo o que produzem e consomem. A isso, tendo ainda de somar-se o estado lastimável da maior parte da malha rodoviária...

Os vícios e desacertos inaceitáveis do Estado, ao longo dos últimos 33 anos, ficaram, também, totalmente expostos e patentes, clamando por radical e urgente correção de rumos.

O Executivo, no período, não produziu um só estadista que se destacasse e não teve a visão requerida para gerir adequada, competente, eficaz e eficientemente o gigantesco Brasil, revelando-se totalmente incapaz de realizar planejamento, programação, organização, execução e controle estratégicos que garantissem desenvolvimento e segurança a todos os setores e regiões do País. Mais que isso, agiu normalmente por impulsos e, por majoritários espaços de tempo, esteve dedicado a populismo, demagogia, corrupção e/ou experimentações suicidas da esdrúxula e retrógrada ideologia vermelha.

Recursos fundamentais para o progresso e o bem estar social vêm sendo, sistematicamente, desviados para manter uma estrutura oficial paquidérmica, cheia de afilhados políticos que aparelham e loteiam o aparato estatal e das empresas associadas, que pouco ou nada produzem, mas recebem prodigamente salários muito acima e além da sofrida realidade nacional. Os brasileiros trabalhamos quase cinco meses por ano, para pagar impostos que não são devolvidos em serviços e apoios, mas autofagicamente digeridos pelo LEVIATÃ ESTATAL!

Além do mais, temos sido espoliados pela mais inaudita e generalizada corrupção nos trágicos anos de nossa História recente!

Quanto ao Legislativo, tem-se caracterizado por conceder, continuada e repetidamente, a todos os seus membros privilegiados, benesses e vantagens de toda a natureza, em termos de salários, assistência médica pessoal e para dependentes, verbas para gabinetes, auxílio moradia, passagens aéreas, franquias telefônica e postal, carros oficiais, pessoal de apoio, etc, que deles fazem verdadeiros príncipes numa república de pobres e miseráveis em abundância. Editam, desse modo, e em proveito próprio, leis que, assim, se fazem “legais”, mas que nada têm de morais! E existe, ainda, grande número deles envolvidos em tenebrosas transações, em corrupção geral e irrestrita, sujeitos a inquéritos e ações criminais, mas subordinados a um foro privilegiado, em que as penas e punições devidas sempre tardam, quando chegam a ocorrer antes da prescrição!

O STF, de tribunal constitucional que deveria ser, transformou-se em corte de julgamento dos mais de 50.000 privilegiados que gozam do foro especial. Seus ministros, aos quais cabe a mais alta manifestação da justiça em nossa terra, são nomeados por mera escolha do Presidente da República em ser, o que tem redundado em perceptíveis, dolorosos, perplexantes alinhamentos político-ideológicos de alguns deles com os interesses e a defesa de quem os indicou ou dos seus partidos de origem, e anulação da ação da primeira instância.

São, também, notáveis, abundantes, as vantagens salariais e os benefícios de toda a ordem, não alcançáveis pelo universo comum dos cidadãos trabalhadores e pagadores de impostos, gozados igualmente pelos membros do Judiciário e das carreiras privilegiadas do Executivo.

Tudo isso gera desperdícios, despesas injustificáveis à luz da ética e da moral e diante da penúria que assola a maioria dos brasileiros, desvios na ação precípua, saneadora do Estado, que deveria ser a busca permanente pela construção do Bem Comum, cria castas no serviço público, situação contrária ao princípio democrático geral de que “todos são iguais perante a Lei”, e desânimo, decepção e desencanto no povo, o senhor verdadeiro da soberania.

A República precisa ser refundada, para cumprir sua missão democrática de promover o Bem, a Justiça, a Paz, o Direito, estribada na Correta, Judiciosa Aplicação dos Recursos Públicos. Dificilmente, contudo, a solução esperada virá do sistema político em vigor, cujos poderosos dominadores desejam a manutenção do “status-quo” pelos tempos afora.

DO POVO CONSCIENTE, UNIDO, ATENTO, RESPONSÁVEL E POLITIZADO EM TORNO DAS BOAS CAUSAS, PATRIÓTICO E COMPROMETIDO COM O FUTURO RADIOSO DA PÁTRIA, TERÁ DE VIR A RESPOSTA VIRTUOSA, COM FIRMEZA E VIGOR, NO TEMPO DEVIDO!

Rio de Janeiro, RJ, 01 de junho de 2018.

OS DESVIOS E DISTORÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO, A PREPONDERÂNCIA DO STF E A INFLUÊNCIA DECISIVA DAS MOTIVAÇÕES PESSOAIS DOS SEUS MINISTROS

Valte(Ref) Sergio TASSO Vásquez de Aquino

A essência do Regime Democrático é a Virtude. Nessa forma de governo, a melhor que foi imaginada pelo gênio humano, todo poder emana do povo, o titular da soberania, e em seu nome é exercido, através de representantes por ele eleitos, para as funções executivas e legislativas, tudo objetivando a realização do Bem Comum. Tais representantes deveriam ser inspirados pelos mais altos valores éticos e morais, de patriotismo, altruísmo, espírito de renúncia de si mesmos e de sacrifício, pela vocação permanente de servir e de solidariedade fraterna, alçando-se ao nível de exemplos e guias da sociedade nacional pelas ilibadas vidas pessoais e profissionais e pela competência, dedicação e operosidade na condução dos seus misteres, sempre em benefício do bem estar de todo o povo.

Na Democracia, todos são iguais perante a lei, a liberdade de cada um termina onde começa a do próximo, existem respeito generalizado para com as pessoas, o meio ambiente e as instituições, a opinião das majorias, mas levando em consideração a das minorias, e igualdade de oportunidades para todos. E não deve haver lugar para privilégios descabidos, que dividam o estrato social em castas, ainda mais quando à custa dos recursos públicos arrecadados através dos sofridos impostos pagos pela cidadania. Evidentemente que a gestão de tais recursos públicos tem de ser subordinada às mais elevadas exação e correta destinação, aos propósitos do desenvolvimento político, econômico, tecnológico e psicossocial e da segurança da Nação.

Existe isso plenamente no Brasil? Alguém, em sã consciência, poderá afirmar que vivemos sob a égide e usufruímos dos benefícios e vantagens da Democracia autêntica? Acredito que a resposta seja um rotundo NÃO!

O que temos experimentado é um simulacro, uma caricatura do “governo do povo para o povo, pelo povo”, que não passa da pior forma de oligarquia, aquela nepótica, demagógica, tirânica e cleptocrática. Desde 1990, seis anos após o término do regime militar, que tanto progresso trouxera, de 1964 a 1984, substituído pela chamada “redemocratização” do Brasil, com a entronização da “nova república”, deixou de existir o Poder Moderador da República, exercido pelas Forças Armadas, que sucedera o do Imperador e controlava os baixos apetites dos políticos profissionais e impedia os desmandos sempre por eles sonhados e desejados.

No decorrer dos anos seguintes, e até hoje, ocorreu crescente deterioração das bases éticas e morais da Nação e do Estado, nos Três Poderes e nos três níveis administrativos, traduzida em ineficiência administrativa, descontrole e má aplicação dos recursos públicos, desvios na ocupação dos cargos e aparelhamento da máquina estatal por meros critérios de compadrio

político-ideológico e aumento galopante da corrupção, até atingir níveis inéditos, assustadores, incontroláveis e comprometedores do futuro do País, cujo clímax deletério foi atingido no período lulopetista. Tudo produto do apodrecido sistema político-eleitoral-partidário vigente e das pressões totalitárias da esquerda radical.

Duas correntes negativas e atentatórias à realização dos Objetivos Nacionais tornaram-se cada vez mais atuantes, sempre compostas de maus brasileiros, autênticos vendilhões e traidores da Pátria: os entreguistas, dispostos a doar ou vender, por preço aviltado, parcelas crescentes da soberania e do patrimônio nacionais aos centros mundiais do poder, com verdadeira postura neocolonialista, e os “revolucionários vermelhos”, sempre dedicados a suprimir a liberdade, destruir a democracia e impor a ditadura cruel do partido único sobre nossa Terra e nossa Gente.

O campo da política partidária foi cada vez mais engessado, com medidas “legais” de congelamento, divisão do poder acertado entre os grandes partidos, que servem ao corrompido patrimonialismo econômico-financeiro rentista, à dominação esquerdista progressiva, socialdemocrata, ou à tomada total do poder, revolucionária e supressora da liberdade e da democracia. Nenhum deles interessado no progresso, na paz social, no aperfeiçoamento democrático da Nação! Paralelamente, o psicossocial, base de qualquer sociedade que se deseja soberana, foi sendo progressivamente esgarçado pelo deliberado abandono, pela programada decadência da educação, da saúde e do saneamento, da segurança pública, e pela pregação constante, massificante de contravalores, maus hábitos e costumes pelos meios de comunicação e por professores de todos os níveis, aqueles muitos contaminados e orientados pelo credo marxista e grandemente influenciados por Gramsci.

Tudo isso provocou o esvaziamento e o desprestígio popular do Executivo e do Legislativo, principalmente pela constatação, provada e comprovada, do envolvimento, de tantos dos seus membros conspícuos na corrupção gigantesca que vem assolando o País há tanto tempo e que tanto repúdio e manifestações para que tenha um fim vem recebendo dos cidadãos conscientes! Nessas circunstâncias, assumiu papel preponderante o Judiciário, responsável pela manutenção do equilíbrio desejável nas sociedades civilizadas.

Há um clamor popular enorme, também, para que sejam eliminados as benesses e os tratamentos diferenciados, inclusive quanto a foro de julgamento privilegiado, remuneração e vantagens outras, que privilegiam Legislativo, Judiciário e setores do Executivo, transformados em abrigos de verdadeiras castas superiores, numa população de milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e da dignidade humana. É preciso que as leis, além de “legais”, sejam legítimas e moralmente justificáveis, que se elimine por todo o sempre o mau costume de legislar em causa própria, sem observar limites impostos pelo bom senso, o

estado geral da nação e o sofrimento e as agruras experimentados pela maioria dos concidadãos! Toda manifestação criminosa tem de ser enfrentada e eliminada!

O STF merece uma observação especial, já que se tornou o grande árbitro da vida nacional, em função do comprometimento moral que assolou os demais poderes e da conturbada realidade que vamos vivendo. Está, pois, sendo chamado a pronunciar-se e vem decidindo como última instância, sobre todos os grandes problemas nacionais, sendo dotado de um poder imenso por causa disso, que o capacita até mesmo a colocar-se contra os anseios gerais da população, a desfazer julgamentos das instâncias inferiores, a anular longos, operosos e bem fundamentados trabalhos investigativos do Ministério Público e da Polícia Federal. O sistema de nomeação dos Ministros, pela simples escolha do Presidente da República de turno, referendado por um Senado via-de-regra aliado e cúmplice, permite que acabe ocorrendo a totalmente inaceitável influência política e ideológica em julgamentos cruciais. Em face de repetidos pronunciamentos e posicionamentos publicamente assumidos por alguns dos seus Ministros, tem sido possível antecipar resultados: 3 x 2 ou 4 x1 na Segunda Turma, e 6 x 5 no Plenário, para um ou outro lado, dependendo do assunto em pauta.

Um amigo de longa data, extremamente bem formado, patriota, interessado no futuro radioso para nosso País, telefonou-me recentemente, emocionado, inconformado e contristado com decisão tomada naquele dia pelo STF. Disse-me: “Temos de fazer alguma coisa! Tem de haver um mecanismo, uma instância, na nossa República, para se sobrerpor ao STF, nas decisões que julgamos que precisam ser refeitas, para ficar de acordo com o sentimento comum e o senso de justiça da cidadania! Nós, o povo, não temos a faculdade de ser ouvidos e atendidos no justo clamor por moralidade e pela punição a toda corrupto e a toda ameaça à ordem?”

Não tive resposta para dar-lhe: com meus parcos conhecimentos, não sei se existe tal previsão no sistema de “checks & balances” do nosso arsenal jurídico-constitucional! Governantes e parlamentares têm de dar contas, periodicamente, ao povo, pela votação nas eleições, ainda que viciadas e incapazes de resolver os problemas, ou ao Judiciário, quando acionados, inclusive ao próprio STF, como última instância... E quanto ao STF? Não estaria a Democracia mais bem servida e garantida, pela possibilidade de correção/revisão sobre as decisões de cada Ministro individualmente, de cada Turma de Cinco ou do Plenário de Onze?

O TEMPO URGE. NÃO PODEMOS CONTINUAR SENDO EXPLORADOS E DISCRIMINADOS EM NOSSA PRÓPRIA TERRA, PAGANDO TODOS MUITO CARO PELOS PRIVILÉGIOS, DESPERDÍCIOS E DESVIOS INACEITÁVEIS DE ALGUNS. CHEGA! É HORA DO BOM SENSO, DO RESGATE DA GRANDEZA DA PÁTRIA E DA DIGNIDADE DO POVO, MAS, ACIMA DE TUDO, DE LUTAR, COM TODO O VIGOR, PARA GARANTIR A PREVALÊNCIA DA ORDEM DEMOCRÁTICA ENTRE NÓS! (Rio de Janeiro, RJ, 24 de junho de 2018).

SEGUNDA TURMA DO STF E MINISTROS AFINS DITAM OS RUMOS DO BRASIL, SEM CONTESTAÇÃO

Valte(Ref) Sergio TASSO Vásquez de Aquino

A Operação Lava-Jato, graças ao esforço, ao trabalho dedicado e à busca permanente pela afirmação do Direito e pela aplicação da Justiça, conduzidos por Ministério Público Federal, Polícia Federal, Juízes Federais de Primeira Instância e Tribunais Regionais de Segunda Instância vem devolvendo, aos brasileiros de bem, a esperança de dias melhores para nossa Nação, tão humilhada, explorada, enxovalhada e saqueada dos recursos essenciais para prover-lhe Desenvolvimento e Segurança, pela ação de pessoas, grupos e partidos que TÊM EXERCIDO O PODER SOBRE ELA, SEM LIMITAÇÕES OU CONTROLE EFICAZES DESDE 1990.

A corrupção gigantesca e generalizada, que foi crescentemente tomando conta de todos os níveis e escalões do Estado e dos negócios por este realizados com grandes empresas privadas, do/no Brasil e do/no Exterior, assumiu dimensões inauditas, nunca vistas em nossa História e, quiçá, no mundo inteiro, principalmente no período de domínio lulopetista. Naquela época, a corrupção foi utilizada como arma política, para enfraquecer e desmoralizar nosso incipiente projeto de democracia, para encher os cofres dos partidos que obravam pela revolução vermelha e os dos seus aliados ditos “conservadores”, para influenciar decisivamente as eleições, comandadas no Brasil pela força do dinheiro, e para enriquecer ilegitimamente os chefetes políticos e acólitos principais.

Despertado da sua proverbial letargia, o povo, em multidões, saiu às ruas desde 2013, clamando pelo retorno do País aos retos caminhos da virtude e pela aplicação das penas da lei aos grandes usurpadores do produto dos tributos pagos por todos os brasileiros. A Operação Lava-Jato representou a resposta esperada, desejada e necessária. Eis que articulações várias passaram a ocorrer, em reuniões e conchavos espúrios de que participavam todos aqueles que, nos Três Poderes e nos três níveis administrativos, tinham alguma coisa a temer do braço forte da Lei, que deve ser igual para todos, premiar a Virtude e punir o Vício. Por causa disso, a Lava-Jato e o anelo dos brasileiros pela salvação do Brasil passaram a ser, cada vez mais, atacados, solapados e prejudicados.

Alguns importantes avanços, contudo, foram obtidos, como o recolhimento inédito de figuras políticas e empresariais graúdas ao cárcere pelos crimes cometidos e, principalmente, pela adoção da jurisprudência de que, após a condenação em segunda instância de qualquer réu, por um tribunal, dar-se-ia o início imediato da sua da privação de liberdade. Fosse ele quem fosse, encerrando-se assim o nefasto hábito nacional das chicanas protelatórias, dos intermináveis recursos que asseguravam a impunidade dos ricos e poderosos, capazes de

pagar caríssimos advogados, e a vergonhosa e tão recorrente prescrição, devido aos grandes prazos consequentemente decorridos nos julgamentos intermináveis.

Conforme escrevi em documento anterior, o provado e comprovado comprometimento moral de tantas figuras conspícuos do Executivo e do Legislativo e o decorrente desprestígio deles perante a opinião pública fizeram com que cada vez mais o STF fosse acionado para decidir sobre as grandes questões nacionais, nomeadamente aquelas concernentes a corrupção no Estado. Assumi, assim, papel preponderante, decisório sobre a vida nacional, e sem a existência de qualquer nível superior de correição/revisão de suas decisões. Um poder imenso, a ser necessariamente exercido com todo o cuidado, isenção, modéstia, sabedoria e servidão ao Bem Comum.

Mas... seguidamente os Ministros começaram a aparecer na mídia, expondo publicamente posições e opiniões que melhor estariam se resguardadas na intimidade, pois que revelavam a influência das motivações político-ideológicas que cada um abriga no peito. Fatos passaram a ser notórios: o acolhimento de numerosos e sucessivos pedidos de habeas-corpus em favor de diversos presos da Lava-Jato, pelo Ministro Gilmar Mendes: as votações da Segunda Turma, na maior parte exibindo o resultado de 3x2 (Ministros Lewandowski, Toffoli e Gilmar x Ministros Falcão e Celso de Mello), impondo revisão das decisões da Lava-Jato e das Primeira e Segunda Instâncias do Judiciário e favorável ao apenamento mais brando ou à soltura dos réus. Agora mesmo, tivemos as decisões dessa mesma Turma pela liberação de José Dirceu, que estava preso porque já condenado em Segunda Instância, e pela absolvição da Senadora Hoffmann e de seu marido em dois rumorosos processos, com a ordem de invalidação de todas as provas colhidas em um deles por Ministério Público e Polícia Federal...

Diante do quadro que se desenrola, pode-se imaginar que, num dado momento, e pelo mesmo resultado de 3 x 2, Lula seja solto, em sequência autorizado a concorrer às eleições presidenciais (atenção ao período de alienação geral pela Copa do Mundo)... Como ficariam Lava-Jato, as esperanças dos brasileiros por um futuro melhor e pela redenção da Pátria e o senso de justiça que todos abrigamos na mente, no coração e na alma (no Plenário, as votações têm sido divididas, 6 x 5, ora contra, ora a favor das ideias dominantes na Segunda Turma)?

O STF e, especificamente, sua Segunda Turma estão, DE FATO, com o poder de ditar os rumos da República e, conforme tantos dos seus Ministros declararam tantas vezes à imprensa, não se sentem com qualquer obrigação de ouvir os clamores do povo, cuja opinião consideram que não os deve influenciar, por irrelevante. ASSIM, NESSE DIAPASÃO, SOMENTE A DEUS, DEPOIS DESTA PASSAGEM TERRENA, TERÃO DE DAR CONTAS DOS SEUS ATOS?(Rio de Janeiro, RJ, 26 de junho de 2018).